



Reflexões sobre fluxos migratórios internos de populações no estado de Santa Catarina

Valério Alcício Turnes¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo a análise da dinâmica recente da população catarinense, enfocando prioritariamente o período entre os anos 2000 até 2005, como forma de compreender os impactos que este fenômeno pode acarretar no médio e longo prazos para o desenvolvimento da região. O autor baseou suas análises e conclusões num conjunto de referências bibliográficas e em dados estatísticos obtidos juntos aos bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Informação e Informática do SUS -DATASUS, órgão da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde. A análise dos dados e informações demonstra que no período estudado, o fenômeno migratório em Santa Catarina foi responsável por significativas alterações na quantidade de habitantes e na composição populacional de municípios, regiões e do estado. Isso indica de forma concreta que existe a necessidade de rever modelos e paradigmas de desenvolvimento. Para finalizar o autor aponta propostas de estudos e políticas estratégicas, que poderiam contribuir para o aumento da atratividade de regiões fragilizadas, contribuindo para o aprimorando do processo de desenvolvimento sustentável em Santa Catarina.

Palavras-chaves: Migração, êxodo rural, litoralização, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável.

Recebimento: 12/01/2008 • Aceite: 22/01/2008

¹ Engenheiro Agrônomo. Doutor em Engenharia de Produção/UFSC. Consultor de organismos multilaterais. Escola Superior de Administração e Gerência – ESAG/UEDESC, Brasil End: Rua Mediterrâneo, 204 apto 201, Córrego Grande, Florianópolis, SC, Brasil, CEP 88037-610 E-mail: valerio.turnes@yahoo.com.br

Reflections on internal migratory flows of populations in the state of Santa Catarina

Abstract

This paper has as objective the analysis of the recent dynamics of the Santa Catarina population, focusing the period 2000/2005, as form to understand the impacts that this phenomenon can cause the medium and long time for the development. The author based your analyses and conclusions in a set of bibliographical references and together gotten statistical data to the data bases of the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Department of Information and Computer Science of the SUS - DATASUS, agency of the Executive Secretariat of the Health Ministry. The analysis of the data and information demonstrates that in the analyzed period the migratory phenomenon in Santa Catarina was responsible for significant alterations in the amount and the population composition of cities and state regions. This indicates of concrete form that exists the necessity to review models and paradigms of development. To finish the author it points proposals of studies and strategical politics, that could contribute for the increase of the attractiveness regions, contributing with respect to improving of the process of sustainable development in Santa Catarina.

Keywords: Migration, rural exodus, rural development, sustainable development.

1. Introdução

Os movimentos populacionais são, hoje, um elemento importante para melhor refletir sobre as tendências relacionadas ao desenvolvimento rural em Santa Catarina. Durante muito tempo foi comum a prática do discurso de que o “modelo catarinense de desenvolvimento” era marcado por uma distribuição equilibrada da população por todo o território estadual. Isso provocava a inexistência de grandes metrópoles e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida de sua população, devido à ausência dos problemas inerentes às grandes aglomerações urbanas. Os últimos anos, no entanto, têm demonstrado que esta realidade pode estar sendo transformada rapidamente. Os discursos oficiais passaram a incorporar nos objetivos de governo a necessidade de reversão do processo de “litoralização”. Os documentos da atual gestão estadual (2003/2006) estão fundamentados na necessidade de “combater a litoralização, que vem esvaziando, dramaticamente, o campo, e inchando as cidades maiores.” (ver

<http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/paginas/planodegoverno00.htm>). Ainda segundo o novo discurso oficial:

Santa Catarina tornou-se, nos últimos anos, um dos estados campeões nacionais de êxodo rural, face à centralização governamental e a conseqüente ausência de políticas regionais de desenvolvimento rural e urbano. E essa tem sido a maior matriz geradora da crise urbana, caracterizada, hoje, pelo desemprego, subemprego, favelização, subnutrição e criminalidade.

[<http://www.sc.gov.br/conteudo/governo/paginas/planodegoverno00.htm>].

As mudanças verificadas na distribuição espacial da população catarinense têm impacto direto sobre a dinâmica de desenvolvimento das regiões, principalmente, daquelas que têm na economia e no modo de vida rural suas principais características. O entendimento desta realidade é fundamental para balizar as discussões que ocorrem no âmbito dos debates sobre os rumos do desenvolvimento estadual, se constituído em elemento chave para identificar problemas estratégicos e construir alternativas que possibilitem a melhoria da qualidade de vida em todo o território estadual.

A análise dos dados recentes sobre a população de Santa Catarina permitiu definir como objetivo deste artigo a análise da dinâmica recente da população catarinense, enfocando prioritariamente o período entre os anos 2000 até 2005.

Inicialmente, discute-se a migração e as suas conseqüências, para permitir o estabelecimento de relações e inferências sobre o fenômeno migratório, analisado através de dados estatísticos e censitários. As especificidades físicas, sociais e econômicas do território brasileiro fazem com que o estabelecimento das causas, conseqüências e dimensões dos fenômenos relacionados com a dinâmica populacional do país e do estado de Santa Catarina seja um processo complexo e que demanda grandes esforços de pesquisa e tratamento de informações. A existência e o acesso a informações confiáveis são imprescindíveis para que as conclusões sejam conseqüentes. Existem diferentes tipos de bases de dados e duas delas foram selecionadas como de uso prioritário neste artigo: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e o Censo Demográfico (Censo). Cada uma destas bases apresenta vantagens e desvantagens com relação à outra. A pesquisa da PNAD é feita praticamente todos os anos, levando em consideração um universo de pessoas muito mais restrito do que aquele considerado pelo Censo. No caso das PNAD, uma pequena amostra de toda a população é selecionada e apenas esta amostra responde a pesquisa. Já os Censos são normalmente feitos de dez em dez anos. Os últimos foram feitos nos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000, constituindo-se numa pesquisa nacional de grande vulto. Uma parte dele é respondida em todos os domicílios do Brasil e uma outra é respondida por uma amostra muito maior do que as utilizadas nas PNAD. A grande vantagem do Censo sobre as PNAD é que ele permite estudar localidades menores, como pequenos municípios ou partes de município, o que não dá para fazer com a PNAD (GOLGHER, 2005). A utilização destas duas bases de dados permitiu a definição de uma gama significativa de informações, obtidas a partir do uso de métodos, que geram informações de forma direta ou de forma indireta.

2. Migração: definição, padrões no Brasil e efeitos sobre o rural

A variação da população de um local é influenciada pela dinâmica de três componentes básicos: a fecundidade, a mortalidade e a migração. Portanto, podemos afirmar que as alterações populacionais ocorrem quando as pessoas nascem, morrem ou se mudam do ou para o local analisado.

O mundo atual foi moldado em grande parte pelos impactos culturais, sociais e econômicos provocados pela migração de populações de uma região para outra. O Brasil é um exemplo desta afirmação, em face da forte influência da emigração européia e da emigração forçada de africanos.

Os conceitos de fecundidade e mortalidade são facilmente compreendidos e seguem padrões clássicos para seu cálculo e estimativas (NACIONES UNIDAS, 1986). Por outro lado, o conceito de “migração” pode apresentar alguns enfoques diferenciados. Neste artigo vamos utilizar uma definição de migração comumente usada no Brasil: o migrante é o indivíduo que morava em um determinado município e atravessou a fronteira deste município indo morar em um outro distinto. O migrante sai de um local e vai para outro. Ele tem uma origem e um destino. Uma pessoa que sai de uma região é um emigrante de seu local de origem. Uma pessoa que vem para uma região é um imigrante em seu local de destino (GOLGHER, 2004).

2.1. Padrões migratórios recentes no Brasil

O Brasil apresentou saldos migratórios positivos e de grande magnitude no período entre o fim do século 19 e o começo do século 20. Atualmente, entretanto, os fluxos de migrantes são preferencialmente das regiões em desenvolvimento para as já desenvolvidas e o Brasil não foge a regra geral. Nas últimas décadas, o país tem absorvido menos imigrantes do que tem perdido emigrantes para os demais países do mundo.

Além da perda populacional para o exterior, o Brasil, país de grande extensão e heterogeneidade regional muito marcante, apresenta significativos fluxos migratórios internos. Alguns estados tendem a perder população, enquanto que com outros ocorre o contrário. O quadro 1, procura caracterizar brevemente os principais ciclos migratórios ocorridos no Brasil nas últimas décadas:

Quadro 2: Ciclos migratórios no Brasil

Período	Características do ciclo migratório
Década de 50	Dos 11 milhões de migrantes rurais brasileiros dos anos 50, quase metade (46,3%) vinha do Nordeste. O Sudeste aparece também com números expressivos: quase 4 milhões de habitantes deixam o campo, o que corresponde a 30,6% da população rural do início da década, engrossando, provavelmente, as áreas metropolitanas da própria região, então em franco crescimento. Aproximadamente 19% da população da região Norte deixaram as áreas rurais nos anos 50. Sua participação no fluxo total de migrantes rurais brasileiros é irrisória (2,7%), dado o baixo contingente populacional da região. O mesmo pode ser dito do Centro-Oeste. O êxodo rural da região Sul nos anos 50 (boa parte intra-regional) atinge 18,9% da população rural no início do período e contribui com apenas 13% dos migrantes rurais brasileiros.
Década de 60	Essa é a única década em que a maior parte dos migrantes rurais brasileiros não teve origem no Nordeste. Nenhuma região brasileira, em qualquer momento de sua história, sofreu uma emigração tão importante quanto o Sudeste rural dos anos 60: nada menos que 6 milhões de pessoas deixam o meio rural da região, metade de toda a migração rural nacional e 46,5% dos que habitavam o meio rural do Sudeste em 1960. Martine (1990, p.

	<p>22) atribui esse movimento às mudanças técnicas por que passou a agricultura da região (sobretudo São Paulo), bem como aos chamados "fatores de atração", que já estavam operando durante os anos 50 com a expansão das grandes cidades da região. A erradicação de cafezais, sua substituição por pastagens e a dissolução das "colônias" de fazendas que se seguiu à maneira como a legislação trabalhista foi usada em situação de regime militar contribuíram para este impressionante movimento populacional do Sudeste.</p>
Decada de 70	<p>As duas regiões fornecedoras de migrantes rurais ao Brasil são o Nordeste (provavelmente numa retomada das migrações inter-regionais) com quase 5 milhões de pessoas e novamente o Sudeste com apenas 500 mil a menos. Neste último caso, é bastante verossímil que a mecanização (aliás subsidiada), a pecuarização e a continuidade da dissolução das colônias de fazenda tenham se associado a um mercado de trabalho urbano em expansão para provocar, depois dos 6 milhões dos anos 60, mais um fluxo de quase 4,5 milhões de pessoas no Sudeste.</p> <p>A grande novidade com relação aos anos anteriores, entretanto, está no Sul. Durante os anos 70, quase metade (45,5%) da população rural que residia nesta região no início da década sai do campo e vem daí nada menos que 29% de todos os migrantes rurais do país. Nestes 10 anos, sua população rural tem uma redução de 2 milhões de habitantes. Os subsídios, os incentivos econômicos e o aparato institucional mobilizados para estimular a adoção de técnicas produtivas e culturas altamente poupadoras de mão-de-obra são certamente a razão principal de um êxodo tão rápido. As chances de expansão da fronteira agrícola do próprio Sul eram pequenas e a região Norte começa a representar para muitos agricultores do Paraná e Santa Catarina o que o oeste destes estados representou anteriormente para seus pais, vindos do Rio Grande do Sul.</p>
Década de 80	<p>O padrão que imperou na expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste responde em grande parte pelo seu nítido esvaziamento demográfico rural nos anos 80. A soja no cerrado (estimulada não só por um poderoso e eficiente aparato de pesquisa agrícola, mas pelo oferecimento de garantias de preços em que pesados subsídios públicos estavam embutidos) se junta à tradição pecuária para construir um meio rural cujas atividades econômicas demandam pouca mão-de obra.</p>
Década de 90	<p>Mais que nunca o êxodo rural brasileiro dos anos 90 é um fenômeno nordestino. De todos os migrantes rurais do país, 54,6% saíram do Nordeste entre 1990 e 1995, o que representou 31,1% da população que vivia na zona rural da região no início da década. A população rural nordestina apresentou uma redução absoluta de 1,2 milhão de pessoas nesses cinco anos como resultado do êxodo rural e da queda da fecundidade. Mas foi o Centro-Oeste a região brasileira que mais se desruralizou durante a década.</p> <p>Apesar de sua magnitude global, os anos 90 parecem apontar em duas direções diferentes: por um lado, regiões em que o êxodo é ainda muito significativo (sobretudo o Nordeste, mas também, embora com população rural menor, o Centro-Oeste). Por outro, o Sudeste e o Sul, em que há uma emigração importante mas onde não se deve esperar um declínio tão significativo da população hoje residente no campo, dado, inclusive, ao fato de se observar um reduzido contingente populacional residindo lá atualmente. O que ocorre sim é a mudança na composição etária e por sexo do êxodo rural, que vai incidir sobre o tipo de população que habita o campo.</p>

Fonte: elaborado a partir de CAMARANO e ABRAMOVAY (1999.)

2.2. Determinantes da migração

Os fenômenos migratórios são impulsionados por uma série de fatores que variam durante a história da humanidade. A compreensão destes processos pressupõe o estudo de suas causas e conseqüências. Abaixo, teremos a oportunidade de apresentar alguns destes fatores.

2.2.1. Diferenciais regionais e razões para a migração

Pode-se afirmar que muitos fluxos migratórios podem ser explicados pelo desejo de ocupação de áreas menos densamente povoadas e pelo diferencial de renda existente entre regiões.

Esta revisão enfoca apenas os casos de migração “espontânea”, ou seja, o indivíduo opta de forma livre pelo ato de mudança. Esta decisão, normalmente, é orientada por uma análise dos custos envolvidos na migração e dos benefícios que dela advirão.

Normalmente, o indivíduo buscaria, dentre todas as possibilidades, a região que lhe parece mais “atraente”. Neste caso, os critérios para a escolha do destino do migrante dependem de uma série de fatores como características econômicas, além de outras facetas políticas, sociais e físicas do local. De forma geral, consideram-se os fatores econômicos os mais importantes. Dentre esses, pode-se destacar as diferenças de salários entre as várias regiões, as possibilidades diferenciadas de obtenção de empregos, o custo variável de moradia e de vida, a maior presença de empregos na indústria etc. (KOERNER, 1990).

Apesar do predomínio dos fatores econômicos, variáveis não-econômicas também são importantes, principalmente em países do primeiro mundo e para as camadas mais ricas da população em países em desenvolvimento. Melhorar a qualidade de vida em tópicos não diretamente relacionados à renda ou ao mercado de trabalho seria um dos principais fatores não-econômicos associados à migração. Os locais mais atraentes seriam aqueles com melhores condições climáticas, com menor criminalidade, com melhores oportunidades de lazer, com menos poluição, com menos congestionamento de tráfego, com melhores condições de moradia etc. Em países de renda baixa e média, a família e amigos são muito importantes como rede de proteção social e núcleo de atividades sociais. Uma das principais razões para que a migração ocorra seria por razões familiares ou com o objetivo de reencontrar amigos e familiares que previamente migraram. Outros fatores muito presentes na literatura especializada seriam: o desejo de viver em uma cidade maior; por problemas de saúde; para poder usufruir melhores possibilidades educacionais; para fugir da violência rural ou urbana; e para fugir da instabilidade política.

2.2.2. Fatores “push” e “pull”

O conjunto de fatores que orienta a decisão de migrar pode ser dividido em dois grupos: (i) aqueles relacionados a baixa qualidade de

vida no local de origem e (ii) aqueles relacionados à melhor qualidade de vida no local de destino. Os primeiros são conhecidos como fatores “push”, ou seja, “empurram” o indivíduo para fora de seu local de domicílio; por outro lado, os fatores conhecidos como “pull” exercem um poder de “atração” sobre o migrante potencial (GOLGHER, 2004).

Teoricamente, os fatores “push” atuam de forma mais intensa sobre os indivíduos da base da pirâmide social. Esses indivíduos seriam impelidos a trocar de local de domicílio, pela incapacidade de se manterem em sua condição atual de forma satisfatória. A expulsão do homem do campo por causa da mecanização crescente e do uso de tecnologias poupadoras de mão de obra no meio rural seria um exemplo clássico deste fenômeno.

Por outro lado, os fatores “pull”, se referem ao local de destino. Os ganhos neste local seriam suficientemente elevados e, assim, os indivíduos seriam puxados para novos locais de residência mais atrativos. A força motivadora do processo migratório seria proveniente da atração do novo local de moradia e não da baixa qualidade de seu local atual de moradia. Indivíduos localizados nos níveis mais altos de renda, que já tem uma boa qualidade de vida em seu local atual de moradia só se mudariam se as vantagens no destino forem muito marcantes.

Estes fatores acima citados constituem uma boa forma de se discutir o processo migratório em termos simples e diretos. Todavia, na maioria dos casos, quando o indivíduo troca de local de residência, ambos os fatores estão atuando em conjunto e de forma inter-relacionada.

2.3. Conseqüências da migração

Quando uma pessoa troca de local de residência, ela muda de vida e também provoca mudanças, mesmo que ligeiras, nos locais de onde emigrou e para onde imigrou. Assim, as conseqüências da migração podem ser estudadas do ponto de vista territorial.

A troca de população entre as diversas regiões tem conseqüências bastante marcantes nas que absorvem ou perdem população. Uma primeira seria o aumento das taxas de crescimento populacional de regiões que recebem migrantes e uma diminuição nessas taxas nas áreas que perdem população. Além disso, os movimentos migratórios podem ser responsáveis por uma série de outros impactos, como exemplo pode-se citar:

- Alteração das composições relativas das populações nesses locais, mudando a estrutura etária dos locais de

origem e destino do migrante. Com isso os locais com intensos fluxos emigratórios tendem a perder grande quantidade de indivíduos nas faixas etárias mais jovens.

- Mudanças das características sociais e econômicas de uma região. Desta forma, os locais com grande poder de atração de migrantes terão uma maior proporção de pessoas em idade de trabalhar buscando empregos. Esse fato pode ter um profundo impacto nas taxas de desemprego. Além disso, muitos jovens se casam e querem ter sua própria família e residência, aumentando, assim, a demanda por moradias e serviços de maternidade deve ser maior do que em outras áreas. Por outro lado, as regiões que perdem população apresentam, na maioria das vezes, maiores proporções de idosos do que teriam caso não ocorresse a migração. Essas áreas podem apresentar uma menor demanda por escolas, ter falta de mão-de-obra específica etc.

Acredita-se que algumas regiões se beneficiam da migração enquanto que outras seriam prejudicadas por ela. A diferença seria causada pelo tipo de migrante que cada uma atrai ou perde.

2.4. Migração e Urbanização

Antigamente a maioria das pessoas vivia no campo e trabalhava na agricultura ou pecuária. Existiam algumas poucas grandes cidades, mas muito menores do que as grandes cidades de hoje. Até o começo do século 20, a maioria dos países, inclusive nas regiões mais desenvolvidas, apresentava um quadro próximo desta descrição. Nos dias de hoje, o mundo é muito diferente em quase todos os países. As pessoas foram trocando a vida no campo pela vida na cidade. Assim, aos poucos, quase todas as regiões do mundo foram se tornando mais urbanizadas. Dizemos que houve um processo de urbanização. Neste processo ocorre um aumento na proporção de pessoas que vivem em cidades e uma diminuição no número relativo de pessoas que vivem no meio rural.

Apesar da urbanização crescente no mundo ainda existe uma diferença muito grande em diferentes partes da Terra quanto ao grau de urbanização. Algumas áreas são quase que totalmente urbanizadas enquanto que outras apresentam o predomínio da população rural. Como regra geral, as regiões mais ricas e desenvolvidas tendem a apresentar maiores proporções de pessoas vivendo em cidades do que as regiões mais pobres. Pensando em termos de continentes, a grande

maioria de europeus e de norte-americanos vive em cidades enquanto que grandes proporções de pessoas na África e Ásia ainda vivem em regiões rurais. A América Latina, por causa de muitos fatores históricos, sociais e econômicos, é um caso a parte: é pobre e muito urbanizada.

Este processo rápido de urbanização só ocorreu porque grande parte das pessoas que viviam no campo migrou para as cidades. Por um lado, houve um crescimento intenso da população no meio urbano e, pelo outro, houve um esvaziamento do campo. A população rural passou a crescer de forma menos acentuada que o restante da população ou mesmo passou a diminuir de tamanho.

Devido a fatores como rápido crescimento populacional aliado à falta de recursos públicos e de planejamento quanto ao desenvolvimento, as cidades se expandiram de forma desordenada. As conseqüências deste rápido crescimento demográfico e espacial são facilmente perceptíveis: alta criminalidade, tráfico de drogas, favelização, pobreza, degradação ambiental, desemprego etc. Apesar de todos esses problemas as grandes cidades ainda são o destino preferencial de grande parte dos migrantes, tendência esta que deve continuar nas próximas décadas.

As dificuldades encontradas para melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem nas grandes metrópoles ou nas regiões rurais mais fragilizadas é um dos pontos políticos, sociais e econômicos mais relevantes da atualidade.

É bastante difundida a informação de que, entre 1960 e 1980, o êxodo rural brasileiro alcançou um total de 27 milhões de pessoas. Poucos países conheceram movimentos migratórios tão intensos, quer se considere a proporção ou a quantidade absoluta da população rural atingida.

A população rural brasileira atingiu seu máximo em 1970. Desde então, vem sofrendo um declínio populacional relativo e absoluto, chegando em 2000 com um total de 31,8 milhões de habitantes, ou 19 % do total nacional (FIBGE, 2000). A redução da importância da população rural deve-se, fundamentalmente, aos movimentos migratórios. Mais recentemente, a queda de fecundidade rural contribuiu também para a diminuição do ritmo de crescimento desta população.

Tabela 1: Variação da população rural (1970/1996/2000)

Ano	População Rural	% da população total
1970	41 milhões	44 %
1996	33,8 milhões	22 %
2000	31,8 milhões	19 %

Fonte: FIBGE, 2000.

Observa-se, que o Brasil da virada do milênio persiste no movimento de desruralização cuja intensidade parece não se ter atenuado muito nos últimos 40 anos em termos nacionais.

2.5. Migrações: o predomínio jovem e feminino

Segundo Camarano e Abramovay (1999.) as mulheres migram mais que os homens. O exame da situação brasileira mostra que o predomínio feminino nos processos migratórios rural-urbanos só não aconteceu no Brasil nos anos 60, para quando se estimou uma sobremigração masculina. Nas outras décadas, a migração feminina superou a masculina, mas em magnitude diferenciada. A maior participação da população feminina nos fluxos migratórios foi verificada nas décadas de 50 e 80. Nos anos 50, aproximadamente 1,2 milhão a mais de mulheres, número cerca de 19% superior ao de homens, deixaram as áreas rurais. Nos anos 80, este diferencial absoluto foi de 1,5 milhão de pessoas e o relativo de 22%.

Uma consequência do fenômeno da migração diferencial por sexo é o aumento da razão de masculinidade rural e uma redução desta razão nas áreas urbanas. É portanto crescente a masculinização do meio rural brasileiro: a razão de sexos cresceu de 1,04 em 1950 para 1,09 em 1996. No meio urbano, o que se observa é o predomínio crescente da população feminina. Outra característica importante é o rejuvenescimento do fluxo migratório rural. São cada vez mais jovens os que têm deixado o campo. Na década de 50, o ponto máximo da migração ocorreu no grupo etário de 30 a 39 anos. Já nos anos 90, este ponto deslocou-se para o grupo de 20 a 24 anos (ABRAMOVAY e SACHS, 1996).

Camarano e Abramovay (1999) levantam três hipóteses básicas sobre a questão da participação do predomínio do público jovem e de mulheres no número de migrantes brasileiros, sobretudo quando são analisados os fluxos migratórios oriundos de regiões rurais.

- As migrações estão relacionadas diretamente à oferta de trabalho no meio urbano e o predomínio de moças vincula-se à expansão do setor de serviços, tanto em empresas como em residência.
- Em algumas situações, o caráter seletivo das migrações está ligado a dinâmicas intra-familiares em que as moças têm uma carga de trabalho pesada no interior das unidades de produção familiar, sem qualquer contrapartida que lhes indique horizontes em que sua permanência no campo possa ser valorizada.
- Outra hipótese a ser explorada é a ligação entre processos migratórios e formação educacional.

A análise dos aspectos acima citados, levam a conclusão de que a redução de população absoluta, o envelhecimento e a masculinização do meio rural são, talvez, os reflexos mais visíveis de um processo de abandono e falta de atenção por parte da sociedade do país.

3. Variação populacional, migração, êxodo rural e desenvolvimento em Santa Catarina

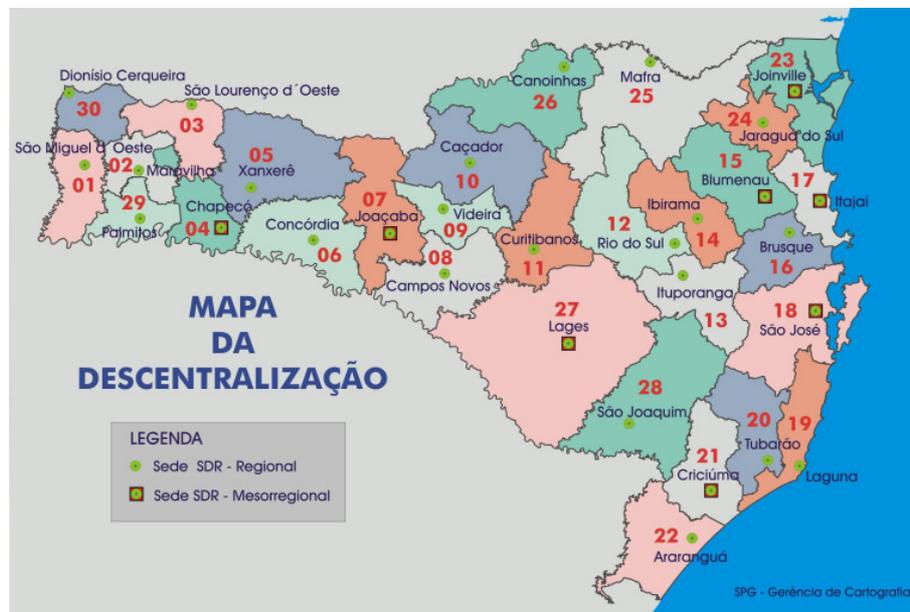
Os 293 municípios que constituem o estado de Santa Catarina ocupam uma superfície de 95.346,181 KM², habitada no ano de 2005 por uma população estimada de 5.866.590 pessoas [ver www.spg.sc.gov.br]. Este conjunto era formado em 2005 por 49,4% de homens e 50,6% de mulheres. A tabela 2, mostra a evolução da população residente no estado nas últimas décadas, por situação de domicílio.

Atualmente, fruto de uma reforma administrativa implementada pelo governo catarinense, através das Leis Complementares 243/2003 e 284/2005, o estado encontra-se dividido em 30 regiões administrativas [ver figura 1]. Este artigo utiliza esta divisão com um dos recortes territoriais que servirão de base para a análise da migração populacional recente. Além deste, os dados serão agregados segundo duas outras unidades espaciais: os municípios e o próprio estado.

Tabela 2: População residente, por situação do domicílio em Santa Catarina– 1960-2005

ANOS	TOTAL	URBANA	(% S/TOTAL)	RURAL	(% S/TOTAL)
1960	2.118.116	673.981	31,8	1.444.135	68,2
1970	2.901.734	1.246.043	42,9	1.655.691	57,1
1980	3.627.933	2.154.238	59,4	1.473.695	40,6
1991	4.541.994	3.208.537	70,6	1.333.457	29,4
1996	4.875.244	3.565.130	73,1	1.310.114	26,9
2000	5.356.360	4.217.931	78,7	1.138.429	21,3
2003	5.626.146	4.611.673	82,0	1.014.473	18,0
2004(1)	5.774.178	-	-	-	-
2005(2)	5.866.590	-	-	-	-

FONTE: Fundação IBGE: Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000 e Contagem Populacional 1996; e SPG/DEGE/Gerência de Estatística (www.wpg.sc.gov.br) (1) Estimativa Preliminar revista em maio/2006; (2) Estimativa preliminar.

Figura 1: Estado de Santa Catarina. Mapa da descentralização.

Fonte: Gerência de Cartografia. Secretaria de Estado do Planejamento. Governo do Estado de Santa Catarina. <http://www.spg.sc.gov.br>

A revisão da literatura realizada pelo autor, permite afirmar que o estado de Santa Catarina conseguiu ao longo de sua história constituir uma distribuição populacional peculiar, quando comparada ao restante do país. Esta característica durante muito tempo sustentou a hipótese de que existia um “modelo catarinense de desenvolvimento”, que funcionava de maneira paralela e, em muitos casos, imune as crises que caracterizavam a conjuntura brasileira. Desta forma, a presença de um meio rural dinâmico, centrado na agricultura familiar; a existência de um complexo industrial diversificado; a inexistência de grandes aglomerações urbanas e a presença de diversos pólos de desenvolvimento regional, marcados pela presença de cidades de porte médio e bem estruturadas, contribuíam de forma decisiva para uma ocupação territorial harmônica e equilibrada.

O “modelo catarinense de desenvolvimento” surgiu da ação não planejada dos atores sociais e definiu um padrão de organização produtiva igualmente distinto da maioria dos estados brasileiros, onde se destacam a pequena produção, as diversas formas de cooperação entre agentes econômicos e sociais e o estágio de competitividade de setores, cadeias e arranjos produtivos locais.

Há indícios de que a espontaneidade deste modelo seja insuficiente para fazer face aos novos desafios postos pela competição econômica globalizada e aos velhos, mas atualíssimos, desafios do desenvolvimento integrado e sustentável. Cabe, portanto, ao Poder Público, à iniciativa privada e à sociedade civil um papel de liderança na articulação dos atores estatais, privados e não-governamentais, para o reposicionamento estratégico do estado em face desses desafios.

Esta redefinição é necessária posto que, a despeito do elevado patamar de desenvolvimento em que se encontra o estado de Santa Catarina, destacam-se duas questões relevantes ainda não resolvidas. A primeira é a necessidade de redução das disparidades socioeconômicas entre a Santa Catarina dinâmica e competitiva e aquela ainda submetida a algumas chagas sociais caracterizadas pela existência de 16% da população vivendo abaixo da linha de pobreza, 6% vivendo como indigentes e 20% de analfabetos funcionais (PNUD/IPEA, 2003).

A segunda questão diz respeito à necessidade de se trabalharem fatores vitais para estabelecer um equilíbrio entre os diversos setores econômicos que formam o mosaico produtivo do estado.

No ano de 2002, o PNUD e o SEBRAE publicaram o relatório “Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil”, originado dos estudos coordenados pelo Professor Ignacy Sachs, com a participação de um

grupo expressivo de pesquisadores, cujo objetivo central foi o de “propor estratégias prioritárias em favor de pequenos produtores e empreendedores, para que eles se constituam nos arquitetos potenciais de um futuro desejável para o país; estratégias capazes de ampará-los com políticas públicas - ações afirmativas em favor dos mais fracos, sem poder e sem voz”.

Estes estudos apresentam como resultado a constatação de que o “modelo catarinense de desenvolvimento” revela uma diferenciação notável no que diz respeito aos indicadores sociais e econômicos alcançados, quando se comparam os mesmos com a média do país e com a maioria dos estados brasileiros. Como resultante deste modelo, exalta-se a equilibrada distribuição espacial da população e a diversificação das atividades produtivas, contemplando vários arranjos produtivos locais de projeção nacional e até internacional; a diversidade e o dinamismo cultural e econômico; a internacionalização da economia, pela emergência em setores exportadores de empresas de capital nacional de grande porte; a relevância da pequena produção na formação e na distribuição da renda, assim como na geração de emprego e de oportunidades de trabalho e renda; a mais eqüitativa distribuição fundiária; as abundantes manifestações - e reservas - de capital social demonstradas na prática de expressivas formas de exercício de cidadania e de cooperação entre os atores sociais; o elevado capital humano evidenciado pela boa qualificação da força de trabalho e do nível cultural e educacional da população, destacando-se as redes de universidades e instituições de ensino superior espalhadas por todo o estado, resultando numa das melhores taxas de inclusão universitária do país e o pioneirismo na criação de incubadoras de empresas e parques tecnológicos, assumindo um importante papel na disseminação destas práticas em todo o território nacional. A tudo isso soma-se o abundante capital natural assentado na rica biodiversidade e nas inúmeras variedades geográficas e climáticas (VIEIRA, 2002).

Em que pese a superioridade dos indicadores de desenvolvimento do estado face às demais unidades federativas, ainda restam questões sociais e econômicas não resolvidas e que preocupam os estudiosos: diminuição da produtividade na agricultura familiar; existência de excluídos sociais representados por centenas de milhares de analfabetos, sem-água, sem-energia, sem-teto, sem-terra; uso predatório dos recursos naturais e “gargalos” de infra-estrutura social e produtiva; processo desordenado de urbanização e de favelização das cidades de maior porte; tendência ameaçadora de concentração das principais atividades produtivas no litoral, a exemplo do que ocorre em

grande parte do país. Como conseqüências dessas questões constata-se a diminuição da qualidade de vida, o enfraquecimento da capacidade de geração de novos postos de trabalho, o que eleva o desemprego com grande custo social, o aumento dos custos de produção e de logística, bem como o decréscimo da competitividade setorial e sistêmica e das vantagens comparativas. Esses indícios sugerem a necessidade de um processo de revitalização e aprofundamento dos traços positivos verificados no “modelo catarinense de desenvolvimento” de forma a enfrentar com sucesso esse cenário.

A contraposição entre os aspectos positivos e negativos acima referidos estabelece um nítido destaque de Santa Catarina diante dos resultados alcançados pelos diversos “modelos” existentes no Brasil. No entanto, se a análise comparativa for estendida para outras regiões para além das fronteiras brasileiras, veremos que o destaque relativo de Santa Catarina só se sustenta quando as referências são feitas com países e regiões em estágios de desenvolvimento semelhantes ou inferiores aos do Brasil.

3.1. A população e o território

Atualmente, os 293 municípios catarinenses, quando agrupados por número de habitantes, refletem a realidade de um território composto basicamente por municípios de pequeno porte. A tabela 3, extraída de Munóz e Alvez (2004) demonstra que 237 municípios, cerca de 81% do total, possui uma população inferior a 20.000 habitantes. Por outro lado, 10 municípios apresentam um população superior a 100 mil habitantes, sendo as 2 maiores concentrações encontradas em Joinville e Florianópolis, com cerca de 400 mil habitantes cada um.

Tabela 3: Classificação dos municípios por número de habitantes no ano de 2005

Número de Habitantes	Número de municípios	%
Até 5.000	105	35,84
de 5.001 a 20.000	132	45,05
de 20.001 a 50.000	32	10,92
de 50.001 a 100.000	14	4,78
mais de 100.000	10	3,41
Total	293	100,00

Fonte: Munóz e Alvez (2004)

Segundo Camarano e Abramovay (1999.), não existe critério universalmente válido para a delimitação das fronteiras entre o rural e o urbano. Na Espanha, em Portugal, na Itália e na Grécia, são rurais os habitantes que vivem em assentamentos humanos com menos de 10 mil habitantes e que guardam uma certa distância dos centros metropolitanos. Na França este limite é estabelecido em 2 mil habitantes. Vários países latino-americanos (Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua, Panamá) adotam igualmente um limite populacional que varia entre mil e 2,5 mil habitantes na definição de população rural. Na Costa Rica, no Haiti, Uruguai e em Cuba são rurais as localidades com “características não-urbanas”. No Chile, além do patamar populacional a localidade rural deve ter menos de 50% de sua população ativa ocupada em atividades secundárias.

No Brasil, bem como no Equador, na Guatemala, na República Dominicana e em El Salvador, o critério tem natureza mais administrativa que geográfica ou econômica. O que vale não é a intensidade ou certas qualidades dos assentamentos humanos, mas o fato de serem considerados administrativamente como urbanos ou não pelos poderes públicos municipais. Segundo a definição do IBGE (1997), “na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos”. Este critério contribui para uma certa subestimação da população rural: sedes municipais e mesmo distritais com algumas poucas centenas de residências são consideradas urbanas.

Os dados oficiais do IBGE consideram que 79% dos habitantes catarinenses são urbanos contra 21% rural. No entanto, uma análise feita a partir das referências propostas por José Eli da Veiga², permite

2 Por Aglomerações Urbanas entende-se aqui o subconjunto formado pelas 12 Aglomerações Metropolitanas e pelas 37 Aglomerações Não-Metropolitanas identificadas com os critérios utilizados na pesquisa *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* (IPEA-IBGE-Nesur/Unicamp,1999). Por “cidades médias” entende-se aqui o subconjunto formado pelos 77 Centros Urbanos identificados como municípios com mais de 100 mil habitantes, mais os 567 municípios “ambivalentes” identificados como municípios com população no intervalo 50-100 mil habitantes, ou com densidade superior a 80 hab/km², independentemente de seu tamanho populacional. Finalmente, por “Brasil rural” entende-se aqui o subconjunto formado pelos 4.485 municípios que em 2000 tinham simultaneamente menos de 50 mil habitantes e densidade inferior a 80 hab/km² (VEIGA, 2004).

identificar uma população rural da ordem de 33% (1.774.515 habitantes), e uma população urbana de cerca de 52% (2.776.093 habitantes). Para o autor, os restantes 15% da população catarinense vive em municípios denominados ambivalentes (pequenas cidades). Esta comparação entre as duas abordagens demonstra que o meio rural ainda é um espaço que merece ser objeto de atenção por parte de toda a sociedade catarinense. Afinal, representa o local de vida para uma significativa parcela da população.

Tabela 4: Distribuição da população de Santa Catarina segundo categorias de municípios proposta por José Eli da Veiga

Critério	Urbano	Ambivalente	Rural
Municípios (N°)	33	26	234
População (%)	52	15	33
População –IBGE (%)	79	-	21
Área (%)	12	8	80

Fonte: Adaptado de MUÑOZ e ALVEZ, 2004.

Os dados dos censos demográficos no período compreendido entre os anos de 1950 e 2000, apresentados na tabela 5, indicam a taxa de crescimento anual da população residente nos estados da região sul do Brasil. Estes dados indicam uma forte tendência de queda desta taxa para toda a região. No entanto, esta queda ocorre de maneira menos intensa em Santa Catarina e conferiu ao estado um percentual de crescimento igual a 1,87% no período 1991/2000, superior ao dos outros dois estados, da região e do país no mesmo período.

Tabela 5: Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1950/2000

	Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente (%)				
	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Brasil	2,99	2,89	2,48	1,93	1,64
Região Sul	4,07	3,45	1,44	1,38	1,43
Paraná	7,16	4,97	0,97	0,93	1,40
Santa Catarina	3,04	3,20	2,26	2,06	1,87
Rio Grande do Sul	2,54	2,19	1,55	1,48	1,23

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950/2000. In: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/tabela01.shtm

No período compreendido entre os anos de 2000 e 2005, a taxa média de crescimento anual da população residente em Santa Catarina foi de 1,90%, o que demonstra uma mudança da tendência de redução verificada nas últimas décadas. Isso significou um aumento de 510.208 habitantes à população registrada no ano de 2000.

Tabela 6: Crescimento Populacional de Santa Catarina (2000/2005)

Anos	População de SC	% em relação a 2000
2000	5.356.360	100%
2005	5.866.590	109,52%
Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente	510.230	1,90%

Fonte: FIBGE - Censo Demográfico 2000; Estimativas preliminares dos totais populacionais, estratificadas por sexo pelo MS/SE/Datasus.

Como já vimos anteriormente, o aumento numa população pode ser explicado a partir da análise das taxas de fecundidade, mortalidade e do saldo migratório. O cruzamento das informações disponíveis permite avaliar a influência de cada um destes fatores na dinâmica recente da população catarinense.

No período de 2000 até 2005, a população catarinense aumentou em 510.230 habitantes. O saldo natural (ou vegetativo), obtido a partir da diferença entre o número de nascidos vivos e o número de óbitos, representou um aumento de 347.645 pessoas. A diferença entre estes dois valores, por sua vez, determina o saldo migratório. A partir disso, pode-se inferir que 162.621 pessoas migraram de outras regiões para o estado de Santa Catarina.

Esta informação nos permite estabelecer algumas conclusões:

- A população catarinense cresceu no período a uma taxa média maior que a média nacional e regional;
- O número de migrantes oriundos de outros estados representou 36,38% do crescimento total da população, demonstrando um aumento ou manutenção da atratividade de Santa Catarina em relação a outros destinos;

Por outro lado, estas duas informações isoladas não conseguem refletir as características do movimento populacional que ocorre no território catarinense e, podem oferecer uma falsa impressão de que o

estado, como um todo, é foco de atração para habitantes de outras regiões. Para verificar este aspecto é necessário aprofundar a leitura dos dados disponíveis. A seguir vamos dividir a análise deste fenômeno em duas partes: (i) a primeira irá avaliar o comportamento populacional a partir dos dados agregados por cada uma das trinta regiões administrativas do estado; ii) a segunda parte pretende verificar o comportamento a partir dos dados agregados por município.

3.2. A dinâmica populacional a partir de uma visão inter-regional

A partir de 2003 os municípios catarinenses foram agrupados em 30 regiões administrativas. Esta ação desencadeada pelo Poder Público Estadual teve como um de seus objetivos o combate ao processo de “litoralização”, resultado de intensos fluxos migratórios internos que tiveram como origem as regiões situadas a oeste do estado. A análise da tabela 7, irá orientar uma série de definições e conclusões sobre a dinâmica populacional recente em Santa Catarina.

Tabela 7: Análise Agregada por Região Administrativa - SC

	População - 2000			População - 2005			Diferença da população (2005-2000)			Saldo Natural (nascidos vivos - óbitos)			Saldo Migratório		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
São Miguel Oeste	50.589	49.610	100.199	48.118	47.304	95.422	2.471	2.306	4.777	2.323	2.689	5.013	4,794	4,995	9.789
São Lourenço Oeste	34.473	33.355	67.828	32.203	31.177	63.380	2.270	2.178	4.448	2.336	2.542	4.878	4,606	4,720	9.326
Maravilha	35.151	34.333	69.484	33.511	32.759	66.270	1.640	1.574	3.214	1.946	2.170	4.117	3,586	3,744	7.330
Palmitos	31.940	31.539	63.479	29.808	29.426	59.234	2.132	2.113	4.245	1.142	1.308	2.450	3,274	3,421	6.695
Ituporanga	35.462	33.831	69.293	34.694	33.186	67.880	-768	-645	-1.413	2.091	2.460	4.552	2,859	3,105	5.964
Dionísio Cerqueira	25.597	24.979	50.576	24.417	23.842	48.259	1.180	1.137	2.317	1.574	1.691	3.266	2,754	2,828	5.582
Canoinhas	61.292	61.682	122.974	62.845	63.265	126.110	1.553	1.583	3.136	4.019	4.579	8.599	2,466	2,996	5.462
Lages	117.437	119.764	237.201	121.804	124.365	246.169	4.367	4.601	8.968	6.882	7.309	14.193	2,515	2,708	5.223
Concórdia	71.992	70.094	142.086	74.193	72.288	146.481	2.201	2.194	4.395	3.517	3.795	7.310	1,316	1,601	2.917
Campos Novos	27.211	26.860	54.071	28.007	27.626	55.633	796	766	1.562	2.065	2.307	4.372	1,269	1,541	2.810
Rio do Sul	65.748	64.671	130.419	68.115	67.129	135.244	2.367	2.458	4.825	3.527	3.957	7.484	1,160	1,499	2.659
São Joaquim	25.215	24.860	50.075	25.965	25.561	51.526	750	701	1.451	1.545	1.743	3.288	-795	1,042	1.837
Xanxerê	66.911	66.572	133.483	71.276	70.903	142.179	4.365	4.331	8.696	5.133	5.306	10.444	-768	-975	1.743
Curitibanos	30.806	30.753	61.559	32.929	32.834	65.763	2.123	2.081	4.204	2.844	3.070	5.914	-721	-989	1.710
Ibirama	35.810	35.138	70.948	37.090	36.446	73.536	1.280	1.308	2.588	1.806	2.108	3.912	-526	-800	1.326
Joaçaba	55.671	56.546	112.217	59.419	60.322	119.741	3.748	3.776	7.524	3.274	3.553	6.822	474	223	697
Laguna	64.988	65.385	130.373	68.430	68.845	137.275	3.442	3.460	6.902	2.455	3.077	5.536	987	383	1.370
Videira	48.217	47.756	95.973	52.755	52.250	105.005	4.538	4.494	9.032	3.704	3.882	7.586	834	612	1.446
Cacador	48.548	47.657	96.205	53.818	52.830	106.648	5.270	5.173	10.443	4.163	4.456	8.620	1,107	717	1.824
Matra	105.478	103.498	208.976	115.166	113.011	228.177	9.688	9.513	19.201	7.775	8.518	16.296	1,913	995	2.908
Araçuaia	80.199	79.970	160.169	86.757	86.636	173.393	6.558	6.666	13.224	4.635	5.305	9.951	1,923	1,361	3.284
Chapecó	94.591	95.191	189.782	105.011	105.883	210.894	10.420	10.690	21.110	6.630	7.236	13.870	3,790	3,456	7.246
Criciúma	171.550	173.228	344.778	186.129	187.956	374.085	14.579	14.728	29.307	10.137	11.245	21.382	4,442	3,483	7.925
Brusque	76.398	76.751	153.149	84.941	85.436	170.377	8.543	8.685	17.228	4.164	4.636	8.798	4,379	4,049	8.428
Tubarão	95.928	97.347	193.275	105.141	106.590	211.731	9.213	9.243	18.456	4.604	5.286	9.896	4,609	3,957	8.566
Jaraguá do Sul	84.709	82.794	167.503	98.888	96.640	195.528	14.179	13.846	28.025	5.259	5.876	11.131	8,920	7,970	16.890
Blumenau	212.941	218.432	431.373	238.141	244.364	482.505	25.200	25.932	51.132	11.783	12.931	24.713	13,403	13,001	26.418
Joinville	264.650	265.853	530.503	299.544	300.978	600.522	34.894	35.125	70.019	18.418	19.934	38.352	16,476	15,191	31.667
Itajaí	194.366	199.771	394.137	232.616	239.166	471.782	38.250	39.395	77.645	13.791	15.391	29.188	24,459	24,004	48.463
Grande Florianópolis	355.443	368.829	724.272	410.131	425.710	835.841	54.688	56.881	111.569	22.028	23.739	45.722	32,690	33,172	65.862
Santa Catarina	2.669.311	2.687.049	5.356.360	2.921.862	2.944.728	5.866.590	252.551	257.679	510.230	165.570	182.099	347.669	87,011	75,610	162.621

Fonte: DATASUS (Óbitos: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM). Nascidos Vivos: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC).)

IBGE - Censo Demográfico 2000; estimativas preliminares dos totais populacionais, estratificadas por sexo pelo MS/SE/Datasus.

A partir da sistematização dos dados populacionais, tendo como base a delimitação das regiões administrativas (tabela 7), podemos perceber que no período 2000/2005 constata-se um expressivo fluxo de migração em direção as regiões litorâneas em Santa Catarina:

- Nas 15 regiões que registraram saldo migratórios negativos a população migrante foi igual a 70.373 pessoas, representando 4,88% da população total deste grupo de regiões no ano de 2005, que era de 1.443.086 habitantes.
- Do total de migrantes destas 15 regiões, 33.409 são do sexo masculino e 36.964 são do sexo feminino. Note-se que a migração feminina é 10,64% maior que a migração masculina;
- A participação relativa de homens e mulheres na população total deste grupo de regiões foi pouco alterada no período 2000/2005, mesmo levando-se em conta a maior intensidade da migração feminina, conforme a tabela 8 . Estes percentuais são explicados pela elevada participação da taxa de natalidade de crianças do sexo feminino, superior em 10,02% ao numero de crianças do sexo masculino.

Tabela 8: Participação relativa de homens e mulheres na população total de SC

Ano	% população masculina	% população feminina
2000	50,27	49,73
2005	50,24	49,76

Fonte: Elaborada pelo autor

- 06 regiões apresentaram uma redução no valor absoluto de sua população. Nestes casos, o saldo migratório foi negativo e maior que o crescimento vegetativo da população;
- Nestas 06 regiões o número total de pessoas que migraram foi igual a 44.662, representando 11,15% da população deste grupo de regiões no ano de 2005, que era de 400.445 habitantes;
- A participação relativa de homens e mulheres na população total deste grupo de regiões foi pouco alterada no período 2000/2005, conforme a tabela 9:

Tabela 9: Participação relativa de homens e mulheres na população total de SC

Ano	% população masculina	% população feminina
2000	50,66	49,34
2005	50,63	49,37

Fonte: Elaborada pelo autor

- No caso deste grupo de municípios, a taxa de natalidade de crianças do sexo feminino foi superior em 12,79% ao número de crianças do sexo masculino.
- Outras 09 regiões apresentaram saldo migratório negativo, mas o crescimento vegetativo compensou a perda populacional, o que proporcionou o aumento da quantidade total de habitantes;
- Nestas 09 regiões o número total de pessoas que migraram foi igual a 25.687, representando 2,46% da população deste grupo de regiões no ano de 2005, que era de 1.002.816 habitantes;
- A participação relativa de homens e mulheres na população total deste grupo de regiões foi pouco alterada no período 2000/2005, conforme a tabela 10:

Tabela 10: Participação relativa de homens e mulheres na população total de SC

Ano	% população masculina	% população feminina
2000	50,10	49,90
2005	50,09	49,91

Fonte: Elaborada pelo autor

- No caso deste grupo de municípios, a taxa de natalidade de crianças do sexo feminino foi superior em 9,05% ao número de crianças do sexo masculino.
- Por outro lado, a migração feminina foi superior à masculina em 22,67%.
- Outras 15 regiões apresentaram saldo migratório positivo, que somado ao crescimento vegetativo

proporcionou o aumento da quantidade total de habitantes;

- Nestas 15 regiões o número total de pessoas que migraram foi igual a 232.297 , representando 5,40 % da população deste grupo de regiões no ano de 2005, que era de 4.303.763 habitantes;
- A participação relativa de homens e mulheres na população total deste grupo de regiões foi pouco alterada no período 2000/2005, conforme a tabela 11:

Tabela 11: Participação relativa de homens e mulheres na população total de SC

Ano	% população masculina	% população feminina
2000	49,68	50,32
2005	49,66	50,34

Fonte: Elaborada pelo autor

- No caso deste grupo de municípios, a taxa de natalidade de crianças do sexo feminino foi superior em 10,01% ao número de crianças do sexo masculino.
- Por outro lado, a migração feminina foi inferior à masculina em 6,32%. Neste caso, os dados indicam que estas regiões receberam mais pessoas do sexo masculino do que do sexo feminino. Estes valores podem ser explicados pela tabela 12, onde se pode verificar a ocorrência de um fluxo migratório oriundo de outras regiões em direção ao estado de Santa Catarina. Este fluxo foi responsável pelo incremento de 162.585 pessoas, ou seja, 31,87 % da variação populacional do estado no período,

Tabela 12: Fluxo migratório oriundo de outras regiões em direção ao estado de Santa Catarina

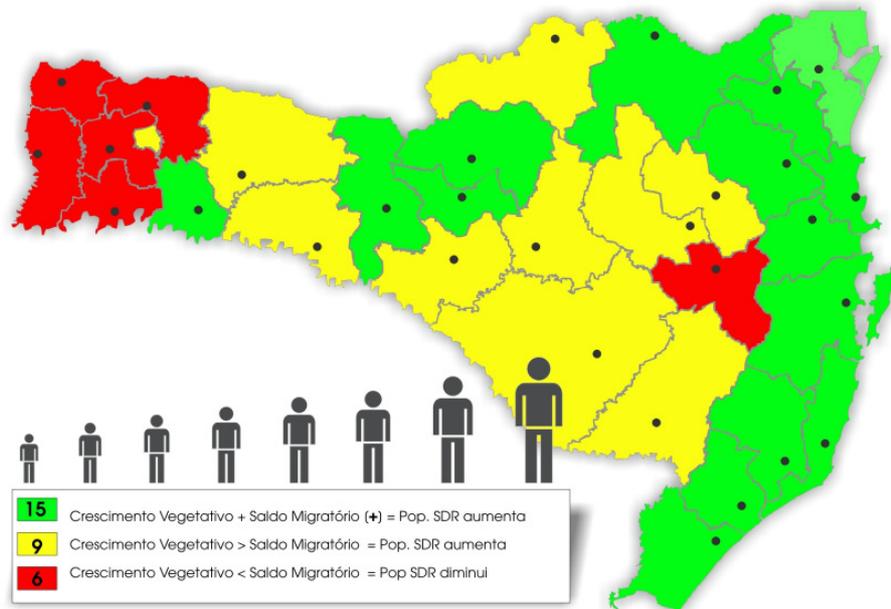
	Masculino	Feminino	Total	%
Diferença da população 2000-2005	252.551	257.679	510.230	100,00
Saldo entre nascimentos e óbitos - 2000-2005	165.570	182.099	347.669	68,13
Pessoas vindas de fora de SC	87.011	75.610	162.621	31,87

Fonte: Elaborada pelo autor

O mapa apresentado abaixo permite compreender de forma objetiva a dinâmica que rege a migração em Santa Catarina.

Figura 2: Divisão regional do estado Santa Catarina x variação populacional

Divisão regional do estado Santa Catarina x variação populacional



Fonte: Adaptado de Munóz & Alvez, 2004.

As regiões próximas ao litoral catarinense constituem-se no principal ponto de referência para as pessoas que migram. Neste caso, nota-se que além de atrair pessoas oriundas do interior do estado, a região é receptora de uma boa parte dos migrantes vindos de outras regiões do país e exterior. Os bons níveis de qualidade de vida, expressos por índices de desenvolvimento elevados para o padrão brasileiro, e o dinamismo econômico destas regiões funcionam como um conjunto de fatores “pull”, provocando o padrão migratório identificado no mapa. A tabela 13 mostra que as cinco principais regiões receptoras de migrantes acolheram no período 189.000 pessoas, ou seja, uma média de 37.860 pessoas por ano.

Tabela 13: Principais saldos migratórios para regiões litorâneas de SC

Região	Saldo Migratório		
	Masc	Fem	Total
Jaraguá do Sul	8.920	7.970	16.890
Blumenau	13.417	13.001	26.418
Joinville	16.476	15.191	31.667
Itajaí	24.459	24.004	48.463
Grande Florianópolis	32.690	33.172	65.862
Total	95.962	93.338	189.300

Fonte: Elaborada pelo autor

Para avaliarmos a magnitude deste contingente de pessoas, basta dizer que a população total dos 27 municípios que compõem as regiões de São Lourenço do Oeste, Palmitos e Dionísio Cerqueira, no ano de 2005, era estimada em 170.873 habitantes. Ou seja, num período de cinco anos as regiões litorâneas citadas acima receberam mais migrantes do que a população total destas três regiões.

Por outro lado, a figura 2 apresenta um grupo de cinco regiões contíguas, localizadas no Oeste do estado, no qual o fenômeno migratório contribui de forma marcante para a redução da população absoluta de cada uma delas. Em todos estes casos o saldo migratório negativo é maior que o saldo natural, fazendo com nos período analisado as regiões tenham vivenciado uma perda importante de habitantes. Estas regiões constituem-se como o principal pólo de origem de migrantes do estado. Neste mesmo perfil, enquadra-se a região de Ituporanga. Este grupo de regiões caracterizam-se por terem na agricultura sua principal atividade econômica. Além disso, a presença da agricultura familiar é um atributo marcante de toda as

regiões. As crises constantes no setor agropecuário, aliado a perda de atratividade das regiões rurais, por certo criam um pano de fundo favorável a este fenômeno.

3.3. Análise da dinâmica populacional dos municípios de Santa Catarina

Ao compararmos os dados referentes à realidade de todos os municípios do estado podemos perceber uma grande diferença no comportamento da variação populacional no período 2000/2005:

Dos 293 municípios catarinenses, 169 municípios apresentaram saldos migratórios negativos, ou seja, o fluxo de pessoas que saíram foi maior que o de pessoas que escolheram o município como novo domicílio. Deste total, o saldo natural (crescimento vegetativo) foi menor do que o saldo migratório em 114 municípios, o que representou uma redução na população municipal no ano de 2005 quando comparada àquela de 2000.

A partir da observação da tabela 14, que mostra a distribuição destes municípios por região do estado, podemos concluir que:

- Apesar de apenas seis regiões apresentarem variação populacional negativa, podemos encontrar municípios que sofreram redução de sua população em 26 regiões estaduais.
- Apesar de apenas 15 regiões apresentarem saldos migratórios negativos, podemos verificar que os 169 municípios que apresentam esta característica distribuem-se por 29 regiões. Ou seja, com exceção da Região de Itajaí, todas as outras regiões apresentam municípios que podem ser identificados como ponto de partidas de migrantes.

Tabela 14: Distribuição dos municípios: Variação populacional e saldo migratório.

	Região	Total de municípios	Variação populacional da região 2000-2005	Saldo migratório	Variação populacional negativa municípios	Saldo migratório negativo municípios
1	São Miguel do Oeste	12	-4777	-9789	11	12
2	São Lourenço do Oeste	13	-4448	-9326	12	13
3	Maravilha	12	-3214	-7330	8	11
4	Palmitos	8	-4245	-6695	8	8
5	Ituporanga	10	-1413	-5964	8	10
6	Dionísio Cerqueira	6	-2317	-5582	5	6
7	Canoinhas	6	3136	-5462	2	6
8	Lages	12	8968	-5223	4	9
9	Concórdia	16	4395	-2917	8	12
10	Campos Novos	8	1562	-2810	5	6
11	Rio do Sul	12	4825	-2659	6	8
12	São Joaquim	6	1451	-1837	1	5
13	Xanxerê	14	8696	-1743	5	7
14	Curitibanos	5	4204	-1710	0	2
15	Ibirama	10	2588	-1326	4	6
16	Joaçaba	12	7524	697	3	6
17	Laguna	6	6902	1370	1	3
18	Videira	7	9032	1446	1	2
19	Caçador	7	10443	1824	1	2
20	Mafra	7	19201	2908	1	4
21	Araranguá	15	13.224	3284	5	7
22	Chapecó	11	21112	7246	5	8
23	Criciúma	11	29307	7925	2	3
24	Brusque	8	17228	8428	2	3
25	Tubarão	13	18456	8566	2	3
26	Jaraguá do Sul	5	28025	16890	0	1
27	Blumenau	9	51132	26418	0	2
28	Joinville	8	70019	31667	1	1
29	Itajaí	11	77645	48463	0	0
30	Grande Florianópolis	13	111569	65862	3	3
		293	510.230	162.621	114	169

Fonte: Elaborada pelo autor

Isso indica que as regiões catarinenses não são absolutamente homogêneas em termos de atratividade, o que provoca a existência de fluxos migratórios intra-regionais importantes. Nestes casos, é comum

identificar um pólo de atração em cada uma destas regiões. Como exemplo, podemos citar a região de Chapecó, onde oito municípios apresentaram saldos migratórios negativos, sendo que cinco deles apresentaram variação populacional negativa. Neste caso, o município de Chapecó destaca-se como um ponto de referência para os migrantes. Neste período, o município registrou um aumento de 22.288 habitantes, sendo que parte significativa deste contingente é resultado da migração (10.563 pessoas). Provavelmente, uma parte desta população é originária de municípios da própria região.

Outro aspecto importante está relacionado ao nível de concentração populacional nos municípios de Santa Catarina. A tabela 15 mostra as taxas de concentração referente aos 10 municípios mais populosos do estado.

Tabela 15: Participação das 10 maiores cidades no total do Estado

Município	População - 2000	Concentração (%)	Município	População - 2005	Concentração (%)
Joinville	429.604	8,02	Joinville	487.047	8,30
Florianópolis	342.315	6,39	Florianópolis	396.778	6,76
Blumenau	261.808	4,88	Blumenau	292.999	4,99
São José	173.559	3,24	São José	196.907	3,35
Criciúma	170.420	3,18	Criciúma	185.518	3,16
Lages	157.682	2,94	Chapecó	169.255	2,88
Itajaí	147.494	2,75	Lages	166.733	2,81
Chapecó	146.967	2,74	Itajaí	164.950	2,88
Jaraguá do Sul	108.489	2,025	Jaraguá do Sul	128.238	2,18
Palhoça	102.742	1,91	Palhoça	124.238	2,11
Pop. Total dos 10 maiores	2.041.080	38,06		2.312.663	39,42
Pop. total dos 100 menores	305.568	5,71		6.587 ²⁹	5,06
Pop. Total SC	5.356.360	100	Pop. Total SC	5.866.590	100

Fonte: Adaptada de Muñoz e Alvez, 2004.

A observação da tabela 15 mostra que o grupo dos 10 municípios mais populosos manteve-se o mesmo no período 2000/2005. Apesar de ter ocorrido uma alternância de posição entre alguns municípios, não foi registrado nenhum novo município no grupo. O conjunto que em 2000 era responsável por 38,06% do total da população, aumentou a participação no ano de 2005 para 39,42%.

No outro extremo, o grupo formado pelos 100 municípios menos populosos teve sua participação absoluta e relativa reduzida. Em 2000, eles representavam 5,71% do total da população, enquanto no ano de 2005 esta participação foi equivalente a 5,06%.

Estes dois fenômenos atestam a tendência de concentração da população nos municípios mais populosos e localizados nas regiões mais próximas do litoral. Com exceção de Lages e Chapecó, todos os outros municípios deste grupo situam-se em regiões litorâneas, sendo três deles na região da Grande Florianópolis (Florianópolis, Palhoça e São José).

3.3. A situação dos municípios rurais em Santa Catarina

A partir da classificação proposta por VEIGA (2004) e dos dados referentes a variação populacional em Santa Catarina, podemos estabelecer um cenário da realidade dos municípios rurais.

A tabela 16 mostra que, apesar do conjunto dos municípios considerados rurais apresentar uma variação populacional positiva no período, o saldo migratório teve um comportamento inverso, acusando uma emigração da ordem de 65.449 pessoas.

Tabela 16: Variação populacional e saldo migratório

Municípios	Número	Variação populacional 2000 – 2005			Saldo Migratório 2000 - 2005		
		Fem	Masc	Total	Fem	Masc	Total
Urbanos	33	199913	194609	394522	102003	104583	206586
Ambivalentes	25	38402	38207	76609	9648	11836	21484
Rurais	235	19364	19735	39099	-36041	-29408	-65449
	293	257679	252551	510230	75610	87011	162621

Fonte: Elaborada pelo autor

Além disso, o grupo de municípios considerados rurais apresenta um número 22,33% maior de migrantes do sexo feminino, ou seja, registra-se uma saída mais expressiva de mulheres do que de homens destas.

Este contingente de migrantes internos está distribuído de forma diferente dentro de cada um dos três grupos de municípios. A tabela 17

demonstra de forma objetiva a expressividade do número de municípios rurais que sofrem conseqüências do fenômeno migratório.

Tabela 17: Situação dos municípios em relação à variação populacional e ao saldo migratório

Municípios	Número	Variação populacional 2000 – 2005		Saldo Migratório 2000 - 2005	
		Positiva	Negativa	Positiva	Negativa
Urbanos	33	32	01	30	03
Ambivalentes	26	26	00	20	06
Rurais	234	121	113	74	160
	293	179	114	124	169

Fonte: Elaborada pelo autor

Nota-se que 114 municípios apresentaram uma variação populacional negativa. Deste total, apenas um município não se enquadra no grupo de municípios rurais.

Além disso, do total de 169 municípios que apresentaram saldo migratório negativo, apenas nove deles não são classificados como rurais.

Estudo recente elaborado por uma equipe de Instituto Cepa faz uma análise sobre a realidade agrária do oeste catarinense. O trabalho demonstra que a região passou por um significativo processo de êxodo rural na década de 90. SILVA et alii (2003) estabelecem como questões essenciais para o entendimento das causas e conseqüências do persistente fluxo migratório verificado na região:

- A agricultura regional não proporciona níveis de renda capazes de garantir a reprodução econômica da pequena produção, especialmente nos estabelecimentos agrícolas com tamanho inferior a 20 hectares.
- A existência de um grande número de agricultores com insuficiência de terras tem contribuído para intensificar a migração rural em níveis superiores à capacidade urbana de absorver tais contingentes.
- Outra conclusão do estudo aponta para a expressiva participação de jovens no montante da população migrante, limitando as perspectivas de desenvolvimento (ou superação de crises) em função do envelhecimento relativo da população que vive no campo.
- Além disso, os centros regionais urbanos, por outro lado, vêm dando sinais de esgotamento de sua capacidade de gerar empregos e absorver o contingente populacional que sai do

campo a cada ano. O resultado imediato é o processo migratório de boa parte da população rural da região para outras regiões de Santa Catarina e a outros estados da federação. O acelerado ritmo com que a região Oeste vem perdendo população permite vislumbrar, num futuro imediato, a formação de áreas pouco povoadas e economicamente deprimidas no espaço territorial regional..

Este tipo de conjuntura demanda a tomada de decisões e a adoção de medidas que permitam a reversão das tendências atuais.

4. Conclusões

A análise dos resultados apresentados neste artigo permite afirmar que o estado de Santa Catarina vem vivenciando um amplo processo de transformação, no que se refere a sua distribuição populacional. Este processo que vem se conformando há várias décadas, teve continuidade no período entre os anos de 2000 e 2005, incrementando o fenômeno denominado de “litoralização”. Um dos fluxos predominantes no estado é marcado pela redução das populações dos municípios situados na parte oeste do estado e pelo aumento do número de habitantes nas regiões que se localizam próximo ao Oceano Atlântico. Além disso, contribui para o aumento da concentração populacional nos municípios litorâneos o expressivo número de migrantes vindos de outros estados ou países, que representaram mais de 1/3 do aumento do número de habitantes de Santa Catarina no período.

Ao avaliar-se a dinâmica populacional de cada uma das regiões administrativas do estado pode-se concluir que 50% delas estão ganhando população e 50% estão perdendo população. O grupo que perde população é formado por regiões que apresentam algumas características diferentes:

- A primeira categoria diz respeito às regiões que possuem um crescimento vegetativo que suplanta o saldo migratório negativo, ou seja, sua população cresce, mas existe um fluxo de saída. Nesta primeira categoria encontram-se 9 regiões.
- A segunda categoria são os casos mais expressivos, já que o crescimento vegetativo não suplanta o saldo migratório negativo e notoriamente sua população decresce. Nesta segunda categoria encontram-se 6 regiões, sendo 05 delas localizadas no extremo oeste catarinense.

Ao observar o perfil dos municípios e das regiões que sofrem a redução populacional ou apresentam saldos migratórios negativos, constata-se que vivenciamos no período a continuidade de um processo de “desruralização”. A grande maioria destas unidades pode ser caracterizada como territórios rurais, em função de suas características geográficas, econômicas ou culturais. As conseqüências deste tipo de comportamento podem comprometer a capacidade destas regiões oferecerem aos habitantes remanescentes condições de vida capazes de promover a integração econômica e a emancipação social das populações que aí vivem.

Ao compararmos o sentido do fluxo migratório catarinense, tanto no nível intermunicipal como no nível inter-regional, pode-se afirmar que as pessoas migram de regiões menos dinâmicas para aquelas regiões que apresentam melhores desempenhos econômicos. Esta afirmativa, quando relacionada com os dados coletados na revisão de literatura, permite estimar as principais expectativas que movem o migrante em Santa Catarina:

- A desilusão e a falta de perspectivas nos locais onde moram faz crescer o desejo de busca de novas oportunidades de estudo, trabalho e lazer;
- As crises constantes no setor rural, causadas por variáveis ambientais ou econômicas faz surgir o desejo de mudança de modo de vida e de trabalho.
- A tentativa de encontrar nos locais de destino melhores condições de acesso aos serviços e à infra-estrutura (moradia, saúde, educação etc.)
- A busca de novas relações sociais e o alcance de realizações pessoais;
- Obtenção de rendas superiores do que teriam em seu local de origem;

Além disso, nota-se um sólido movimento no sentido rural-urbano, com a significativa redução do número de habitantes de regiões tipicamente rurais e o aumento da concentração nas regiões mais urbanizadas do estado. Esta situação tem reflexos expressivos nas regiões rurais e urbanas, sendo que em geral provocam:

- Elevação das taxas de desemprego das grandes cidades catarinenses, principalmente entre jovens;
- Mudança na composição etária e por sexo das regiões rurais, que vai incidir sobre o tipo de população que habita o campo.

- A queda da fecundidade média nas regiões rurais, o que irá reduzir os saldos naturais, que têm sido responsáveis pela reposição dos saldos migratórios negativos;
- A masculinização dos territórios rurais, acelerado pela maior participação de migrantes do sexo feminino no total de pessoas que deixam as regiões rurais;
- Por outro lado, as regiões rurais que perdem população apresentam, na maioria das vezes, maiores proporções de idosos do que teriam caso não ocorresse a migração. Essas áreas podem apresentar uma menor demanda por escolas, ter falta de mão-de-obra específica etc. Apesar deste artigo não ter analisado a questão da idade dos migrantes, a literatura consultada afirma que ocorre um processo de rejuvenescimento do fluxo migratório rural. São cada vez mais jovens os que têm deixado o campo.

Se levarmos em conta que nos últimos 05 anos tivemos um movimento populacional que envolveu 162.621 pessoas, considerando apenas aquelas que vieram de outros estados ou países, podemos estimar a dimensão que alguns fatores de ordem pessoal podem tomar:

- Desajustes sociais provocados pelo rompimento de suas relações pessoais e históricas, que podem contribuir para a desestruturação das famílias;
- Aumento do desemprego e conseqüente dificuldade de sobrevivência dentro de padrões sociais mínimos de educação, saúde, habitação, lazer etc.
- Dificuldades de adaptação às mudanças culturais e de convívio com valores diferentes;
- Estes fatores podem intensificar o processo de exclusão social e induzir muitas pessoas à marginalidade.

5. Considerações finais

Dentro da realidade brasileira, o desenvolvimento de regiões rurais deve ser entendido como fundamental para a sociedade como um todo e como uma das poucas possibilidades restantes para a superação do quadro de desequilíbrio econômico, social, ambiental e territorial que se alastra por todo o país. As diretrizes norteadoras deste processo de desenvolvimento rural devem considerar que:

- a) A agricultura familiar deve ser a base de um novo modelo;
- b) A cooperação e a solidariedade entre os atores sociais locais são fundamentais para a manutenção

da sustentabilidade dos processos de desenvolvimento;

- c) A melhoria da qualidade de vida das populações rurais, através da criação de infra-estrutura social, é um fator determinante para a perenidade dos projetos econômicos locais;
- d) A geração de oportunidades de ocupação da mão de obra e renda deve constituir-se em meta estratégica. Neste sentido, a revalorização dos espaços locais deve prever a criação de novas oportunidades de trabalho, priorizando as populações mais jovens.

Considerando-se estas diretrizes, algumas preocupações e propostas podem ser explicitadas. Entende-se que a única forma de evitar o êxodo rural é criando empregos que permitam a utilização do potencial de mão de obra existente, principalmente jovens - homens e mulheres. Assim, as iniciativas que buscam a utilização do potencial representado pela mão de obra feminina, geralmente sub-utilizada, têm obtido resultados significativos e dinamizado outras atividades que se situam ao seu redor. Da mesma forma, o estímulo à introdução de novas atividades econômicas derivadas da atividade primária ou que se mostrem viáveis no espaço rural, configura-se como elemento básico deste processo. Como exemplos de atividades, pode-se citar: pequenas e médias agroindústrias voltadas aos mercados próximos (leite, suínos, frutas, conservas, sucos etc.), pequenas e médias indústrias (móveis, equipamentos mecânicos, utensílios domésticos etc.), entrepostos comerciais, turismo e outras. Ao mesmo tempo, a busca de atividades que proporcionem a pluriatividade - ou seja, que aproveitem parte da mão-de-obra da unidade familiar de produção - permite a manutenção de explorações agrícolas e possibilita uma maior estabilidade da renda e do "panorama rural". Cabe destacar que o potencial de sucesso destes empreendimentos cresce se as atividades forem desenvolvidas de forma associativa ou cooperativa. Mais do que isso, a participação comunitária é imprescindível na implementação de projetos de desenvolvimento que busquem a transformação da realidade local, constituindo-se no catalisador de todo o processo. Neste contexto, o poder público assume um papel determinante, agindo como orientador do processo de desenvolvimento e como articulador das forças da sociedade que nele se engajarem. A criação de instrumentos e de políticas que facilitem a capacitação da mão-de-obra, forneçam assessoria técnico-administrativa e que dêem suporte financeiro às iniciativas viáveis e desejáveis assume um papel imprescindível na

construção desta nova realidade. Finalmente, a conservação da qualidade ambiental é fator imprescindível na definição das diretrizes do projeto de desenvolvimento local.

Em função do exposto, julgamos pertinente propor algumas possibilidades e necessidades de aprofundamento das questões abordadas, procurando contribuir com futuras atividades de pesquisa e políticas públicas que possam apontar para a minimização dos problemas decorrentes da migração desordenada de populações em Santa Catarina.

- a) É necessário identificar de forma mais precisa a composição da população migrante do estado de Santa Catarina. Neste estudo pudemos verificar que existem diferenças importantes quando realizamos um recorte no universo pesquisado, analisando as diferenças entre migrantes do sexo masculino e do sexo feminino. Outras análises podem levar em consideração a idade, o grau de escolaridade, o estado civil etc. Este aprofundamento será capaz de subsidiar a definição de medidas que contribuam para aumentar a atratividade de certas regiões e reduzir os efeitos negativos da migração.
- b) É preciso estudar as expectativas dos jovens do meio rural, como forma de tornar o meio rural um lugar propício para a realização dos sonhos de futuro deste segmento da população. Além disso, é necessário criar alternativas para as mulheres jovens vislumbrem possibilidade de desenvolvimento de seus potenciais e de valorização de suas capacidades.
- c) Faz-se urgente estudar e propor novos conceitos e classificações sobre o que se entende por rural no Brasil, como forma de subsidiar o estabelecimento de novos referenciais legais e técnicos para aqueles que vivem no campo ou trabalham com as regiões assim caracterizadas.
- d) A relação entre êxodo rural e acesso aos serviços básicos da cidadania (saúde, educação, lazer, infra-estrutura etc.) constitui-se em tema fundamental para a compreensão dos motivos que determinam a migração ou a permanência das pessoas em seus locais de domicílio.
- e) Outrossim, é possível utilizar de forma eficaz os novos recursos tecnológicos de comunicação, como forma de permitir o acesso dos atores sociais que atuam no meio rural as facilidades do mundo atual. Desta maneira, pode-se estar contribuindo para a inclusão e criando meios de capacitação profissional e para a cidadania que tendem a reduzir os efeitos dos fatores atrativos

exercidos por regiões não rurais. Esta discussão pode ser enriquecedora para a criação de novos referenciais de comunicação entre agricultores, organizações e técnicos que atuam no meio rural, contribuindo sobremaneira para a formação de extensionistas que atuam em territórios fragilizados.

De forma geral, julgamos que este estudo pode contribuir para o aprimoramento da formação acadêmica de futuros profissionais, que atuam em territórios rurais. É necessário trabalhar com os estudantes, em atividades de ensino, extensão e pesquisa, abordagens territoriais que considerem as múltiplas funções para a sociedade desempenhadas pela agricultura (em um sentido amplo, que inclui a produção vegetal propriamente dita, mas também a criação animal – inclusive a aqüicultura e o beneficiamento artesanal de matérias primas). Assim, a noção de multifuncionalidade, claramente relacionada à intervenção dos poderes públicos no desenvolvimento rural, precisa ser apropriada pelos futuros profissionais e gestores públicos. Da mesma forma, aprofundar os conhecimentos e as reflexões dos alunos sobre a noção de pluriatividade na agricultura familiar favorece a capacidades deles de, no futuro próximo, propor soluções baseadas na diversificação de atividades não apenas agrícolas (e aqüícolas), mas que incluam também outras ocupações rurais, como a prestação de serviços. Finalmente, é importante trabalhar de forma concreta as necessidades, possibilidades e procedimentos de organização social e produtiva. Para isso, é importante consolidar perspectivas amplas de gestão nas disciplinas de administração e planejamento ministradas nos cursos universitários, que levem em conta, para além da necessária viabilidade econômica das unidades produtivas, visões estratégicas relacionadas aos territórios em que elas estão inseridas. Por último, as abordagens sobre políticas públicas e seus instrumentos, nas diversas disciplinas, precisam trabalhar concreta e explicitamente as possibilidades que tais instrumentos apresentam para apoiar empreendimentos e iniciativas individuais e coletivas sintonizadas com as noções de sustentabilidade e de responsabilidade ambiental e social.

Além disso, sob o ponto de vista acadêmico, os trabalhos que procurem discutir este tema, podem constituir-se em importantes instrumentos para o aprimoramento dos conhecimentos sobre as condições de vida das pessoas que vivem nos territórios rurais. Além disso, podem contribuir de forma determinante para a reversão das tendências de esvaziamento e fragilização sócio-econômica destas regiões.

Cabe ainda destacar que os esforços neste sentido encontrarão respaldo em boa parte da opinião pública urbana e no imenso conjunto de organizações da sociedade catarinense e brasileira, que compreendem a importância estratégica de construirmos um futuro digno para todos aqueles que vivem no campo ou na cidade.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R., SACHS, I. *Nouvelles configurations villes campagnes*. Roma: FAO, 1996 (Habitat II).

CAMARANO, A. A., ABRAMOVAY, R. ÊXODO RURAL, ENVELHECIMENTO E MASCULINIZAÇÃO NO BRASIL: PANORAMA DOS ÚLTIMOS 50 ANOS Rio de Janeiro, 1999.

CASTIGLIONI, A. Migration, urbanisation et développement: le cas de l'Espírito Santo - Brésil. Ciaco Editeur, 1989.

FIBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 1980.

FIBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 1991.

FIBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 2000.

FIBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contagem Populacional. Rio de Janeiro, 1996.

FIBGE. Contagem Populacional 2003

FIBGE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000. Rio de Janeiro, 2006.

GOLGHER, André Braz. Fundamentos da migração / André Braz Golgher. -Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. 49p. (Texto para discussão ; 231)

IBGE. *Censo Populacional de 1996 — Conceituação das características divulgadas na contagem da população de 1996*. 1997.

KOERNER, H. Internationale Mobilität der Arbeit, Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1990.

MELO, H. P. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Abep, v. 15, n. 1, jan./jun. 1998.

MUNÓZ, E. F. P. & ALVES, P. A. Análise da Variação Populacional do Estado de Santa Catarina - 2000/2004. Projeto Meu Lugar. SPG/SC – PNUD, Florianópolis, 2004. (Paper orientado por Ademir Cazella, Lauro Mattei). Mimeo.

NACIONES UNIDAS, Manual X – Tecnicas Indiretas de Estimacion Demografica, Departamento de Asuntos Economicos y Sociales Internacionales, Estudios de Poblacion, Nueva York, n. 81, 1986.

PNUD/IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2003. Brasília. 2003.

PNUD/IPEA. Desafios do desenvolvimento, nº 22, ano 3, maio de 2006. pág.24/31.

SANCHEZ, S. e MARTIN, J.N. Formacion del agronomo ante el umbral de la agricultura sostenible. II Simposio y I Reunion Nacional Agricultura sostenible: Um enfoque ecológico, socioeconômico y de desarrollo tecnológico. Anales... México, 1992. (pp.23-28)

SILVA F. C. A.; HEIDEN, F. C.; AGUIAR, V. V. P.; PAUL, J. M. Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: InstitutoCepa/SC, 2003.

TURNES, V. A. Sistema Delos: Indicadores para processos de desenvolvimento local sustentável -Valério Alecio Turnes; orientador Carlos Lock. – Florianópolis, 2004.

VEIGA, J. E. A DIMENSÃO RURAL DO BRASIL. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 22, Abril 2004, pp. Xx

VIEIRA, Paulo Freire et al. A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento. Sebrae/PNUD. Florianópolis. 2002

UFSC/CCA/CCA. Universidade Federal de Santa Catarina; Centro de Ciências Agrárias; Coordenadoria do Curso de Agronomia. Proposta de perfil e de organização curricular; Curso de Agronomia. Florianópolis, 1987. (mimeo)

Sites consultados

<http://www.datasus.gov.br>

<http://www.cedeplar.ufmg.br>

<http://www.iom.int>

<http://www.sc.gov.br>

<http://www.spg.sc.gov.br>

<http://www.ibge.gov.br>

http://www.aqi.ufsc.br/graduacao/perfil_do_graduado.php

<http://www.ufsc.br>

<http://www.cca.ufsc.br>